

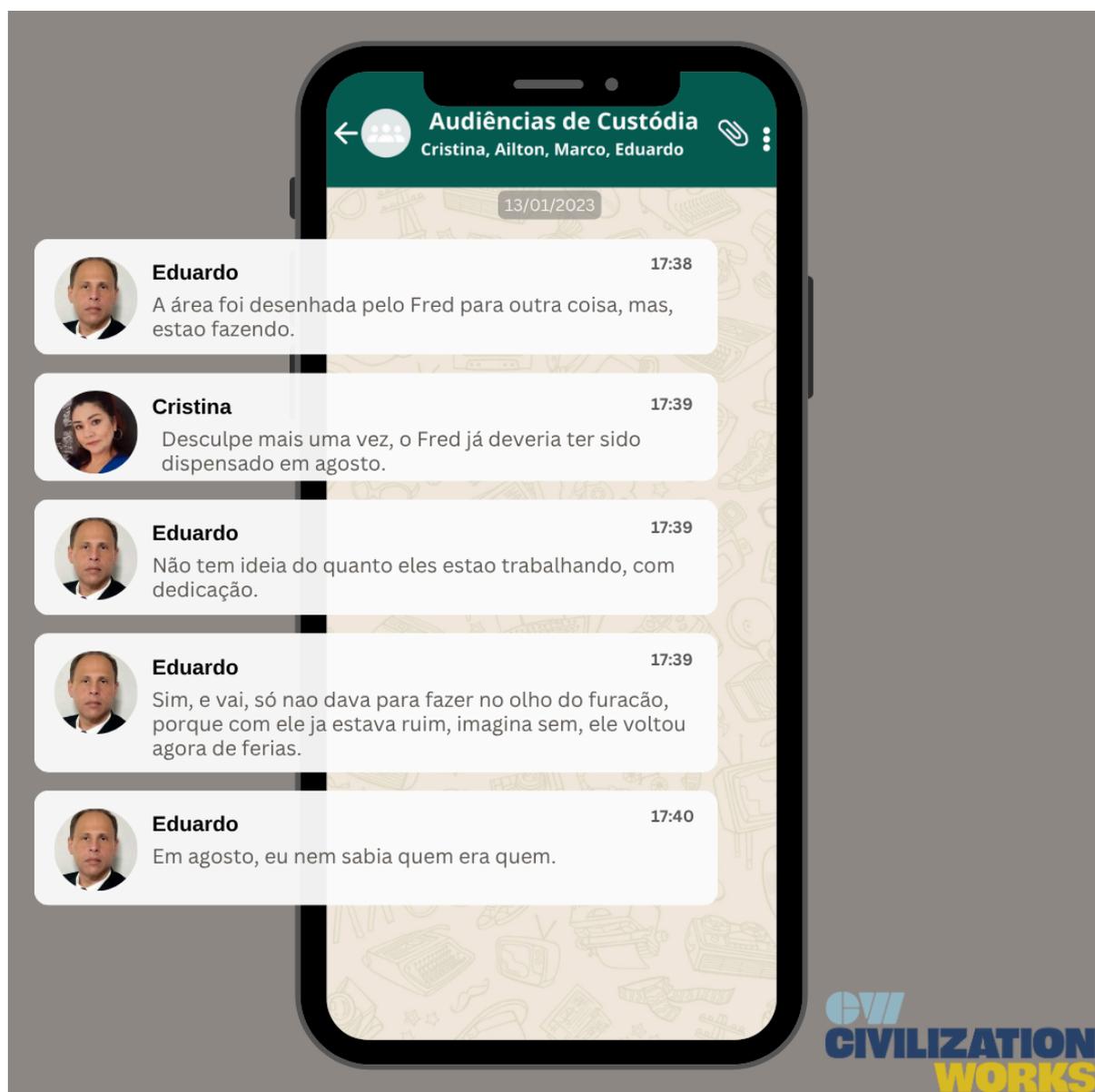


*Conversa no grupo de WhatsApp “Audiências de Custódia”. Elementos gráficos recriados para apresentação.*

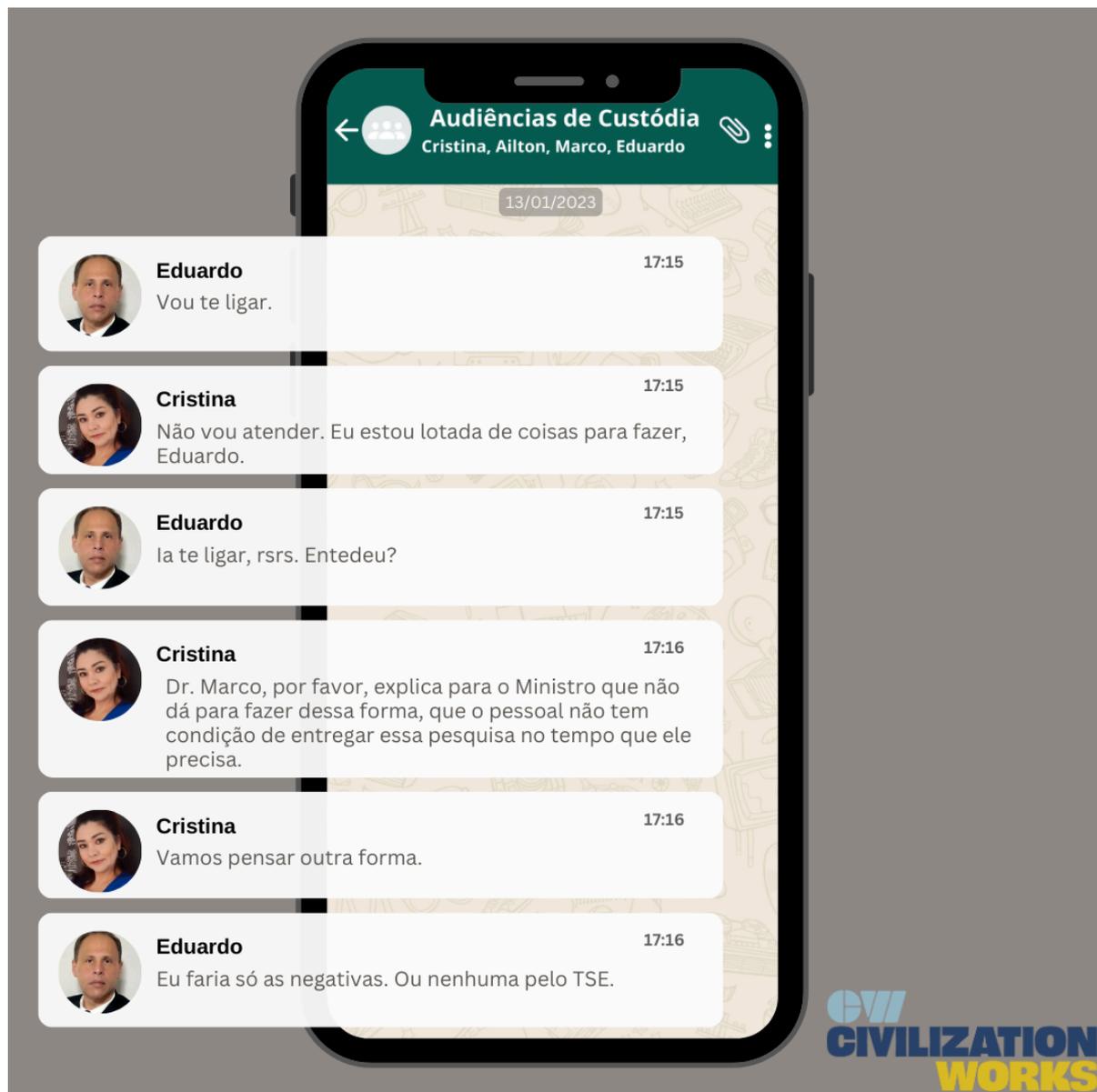
Desde o início, Kusahara impôs um controle rígido e senso de urgência. Ela forneceu os modelos dos documentos e dirigiu o fluxo de comunicação entre o STF e a equipe do TSE. Kusahara deixou claro que o objetivo era separar as “hipóteses” — para determinar quem deveria permanecer na prisão e quem poderia ser libertado. Uma vez que o nome de alguém era marcado como “positivo”, essa pessoa era tratada como culpada. De acordo com as fontes, pessoas que postaram conteúdo pró-Bolsonaro, vestiram verde e amarelo (cores da bandeira brasileira), seguiram páginas de direita ou criticaram as eleições foram marcadas como “positivas”. Apenas aqueles que nunca expressaram opiniões políticas ou postaram sobre protestos receberam uma certidão “negativa”.

As ordens de Kusahara eram implacáveis. Ela ditava o ritmo e pressionava pela quantidade em vez da precisão. Quando Tagliaferro levantou preocupações — apontando que o Tribunal Eleitoral nunca foi treinado para realizar trabalho de inteligência — ela respondeu

bruscamente: “Preciso que isso seja feito com cautela, mas não no ritmo de vocês aí do TSE. Desculpe a expressão... O pessoal aí está mal acostumado.” Sua objeção ressaltou a natureza improvisada — e ilegal — da operação. A unidade de desinformação do TSE não tinha mandato para conduzir investigações. Mas Moraes já havia cruzado todos os limites.



Tagliaferro, tentando defender sua equipe, rebateu: “Você não tem ideia do quanto eles estão trabalhando, com dedicação”. Ele explicou que a unidade havia sido originalmente criada para outro propósito — sob Frederico Alvim, o anterior chefe da divisão de desinformação do TSE —, mas que, mesmo assim, a equipe havia se adaptado e estava fazendo o seu melhor. Cristina não ficou satisfeita. “Desculpe mais uma vez, o Fred já deveria ter sido dispensado em agosto”, respondeu ela — apesar de ser uma autoridade do STF sem autoridade sobre o pessoal do TSE. O comentário revelou o quão profunda havia se tornado a interferência entre as duas instituições. Por fim, Tagliaferro cedeu: “Sim, ele será removido — mas não no meio da tempestade”.



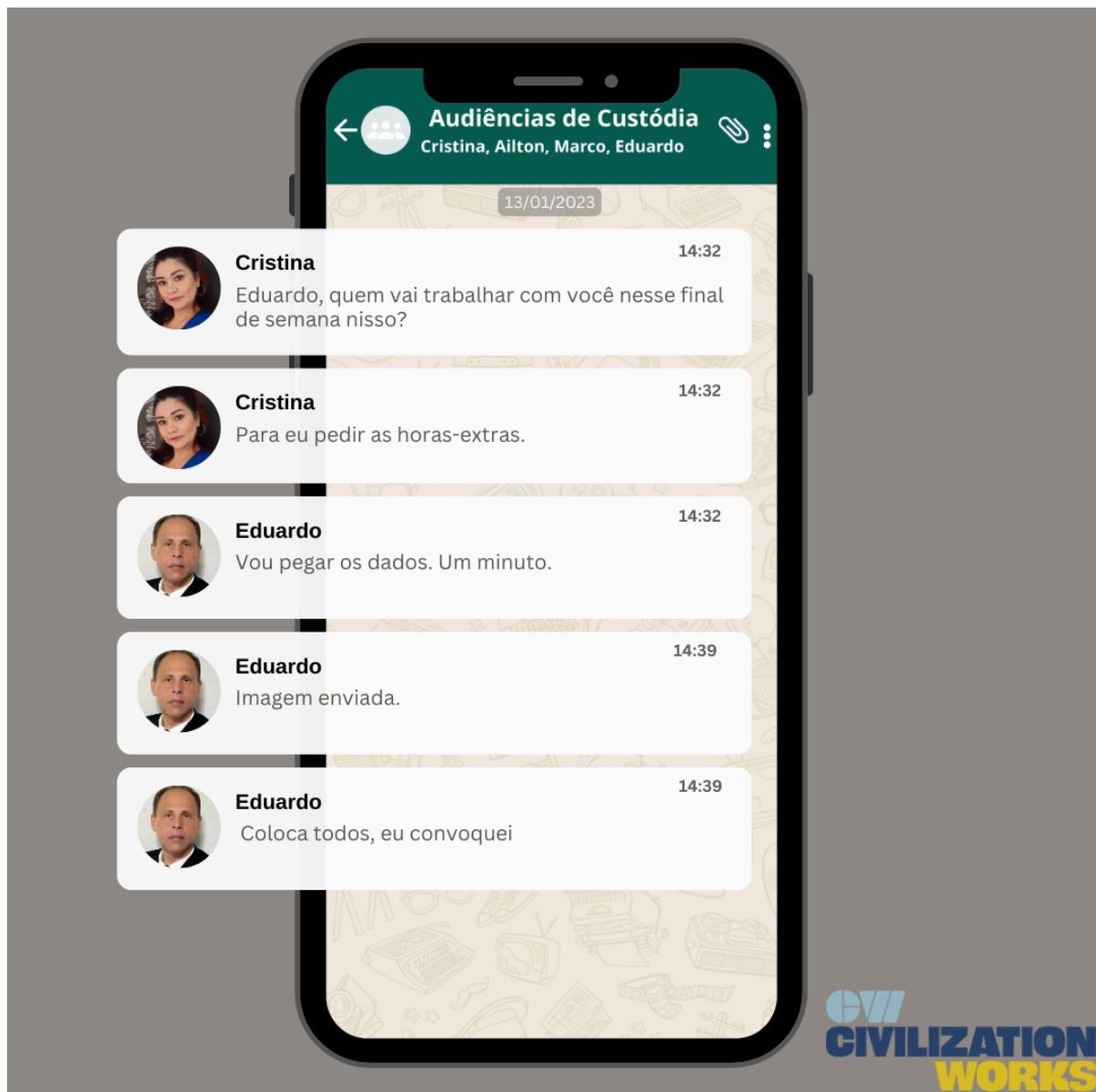
A pressão e a urgência impostas pelo gabinete de Moraes vinham aumentando há meses — desde as eleições de 2022 — e muitos dos envolvidos já estavam exaustos. Em uma mensagem de voz enviada ao juiz Airton Vieira logo após a votação, Tagliaferro admitiu que a carga de trabalho era insustentável, descrevendo as ordens de Moraes como “simplesmente desumanas”.

Em outra mensagem, Kusahara não deixou dúvidas sobre o objetivo da operação. “Temos 1.200 pessoas custodiadas e a maioria será libertada”, escreveu ela. “Não podemos nos dar ao luxo de ficar filosofando.” As digitalizações não eram apenas complementares — elas decidiriam quem ficaria atrás das grades.



O uso da palavra “filosofar” referia-se às crescentes preocupações entre os funcionários sobre nomes duplicados, falhas técnicas e a velocidade do processo. Mas Kusahara descartou essas preocupações: “Com o Ministro não temos espaço para esse tipo de desculpa... sistema, não sei, férias, horário etc. Estão mal acostumados a trabalhar no ritmo próprio e não no ritmo do ministro”. A alusão às férias não foi aleatória, Tagliaferro estava na Itália na época. Mesmo assim, ele ainda precisava coordenar a equipe remotamente.

Apesar de trabalhar fora do horário oficial — incluindo fins de semana —, a equipe continuou trabalhando. A certa altura, Kusahara perguntou quem estava disponível para que ela pudesse autorizar o pagamento de horas extras. Como funcionária do STF, ela não tinha autoridade sobre os funcionários do TSE. Mas isso não importava. Mesmo assim, segundo fontes, as horas extras nunca foram pagas.

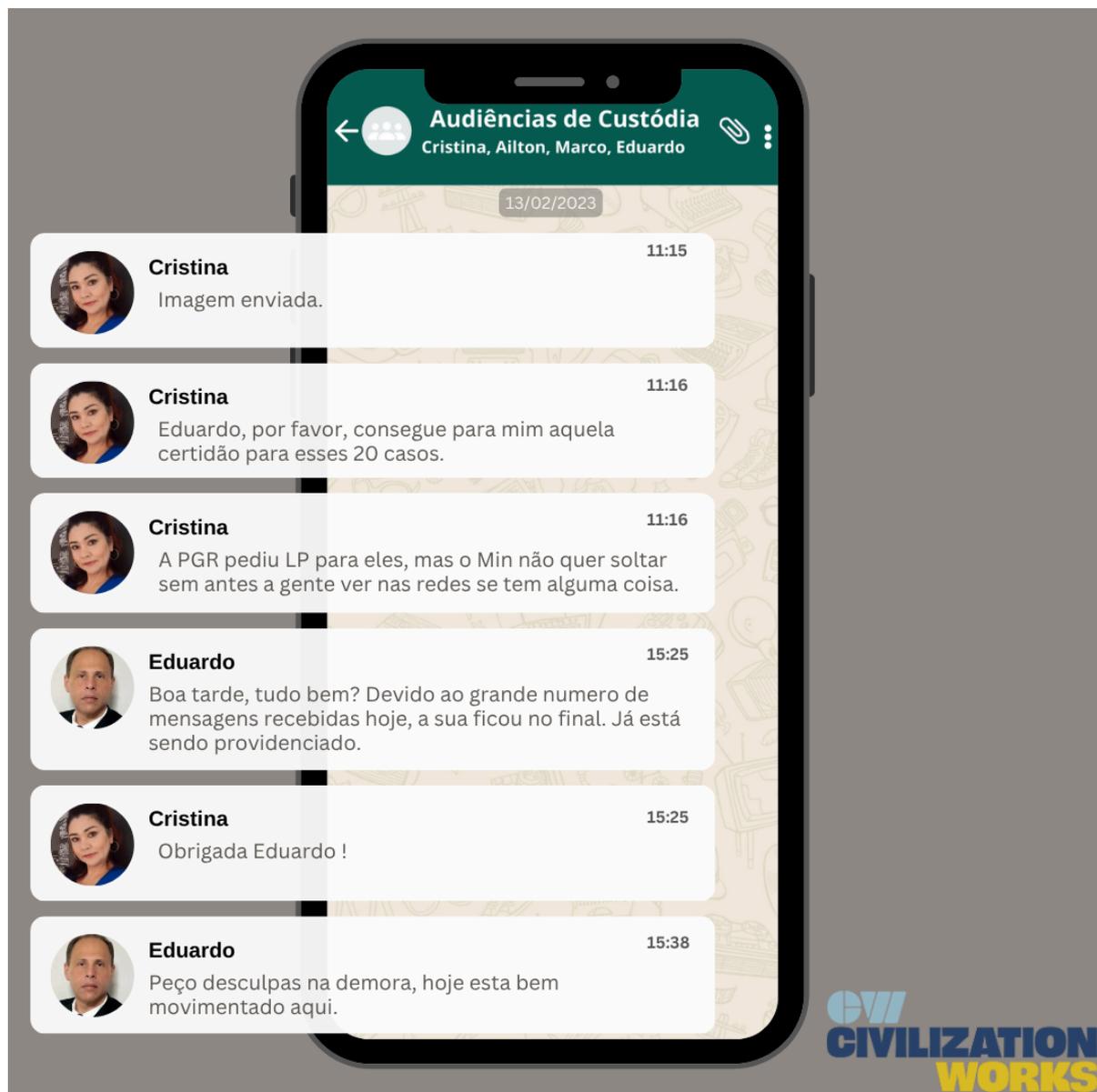


O ritmo era frenético, o processo improvisado e os erros eram frequentes. Às vezes, as certidões eram emitidas, retiradas e emitidas em questão de minutos — muitas vezes sem motivo aparente. A mesma pessoa podia passar de “negativo” para “positivo” com um único clique. Nenhuma explicação era dada. O grupo simplesmente seguia em frente.

As mensagens mostram funcionários recebendo listas informais de detidos diretamente da polícia — incluindo nomes, fotos e números de identidade — sem qualquer cadeia de custódia formal. Em um áudio, um policial federal pediu para manter a confidencialidade porque os dados eram “muito procurados”. O pedido não era apenas por discrição — revelava a consciência de que o material estava sendo compartilhado fora dos canais legais adequados.

Em outra mensagem, Kusahara reconheceu abertamente que a Procuradoria-Geral da República (PGR) havia recomendado a libertação de um grupo de detidos. Mesmo assim,

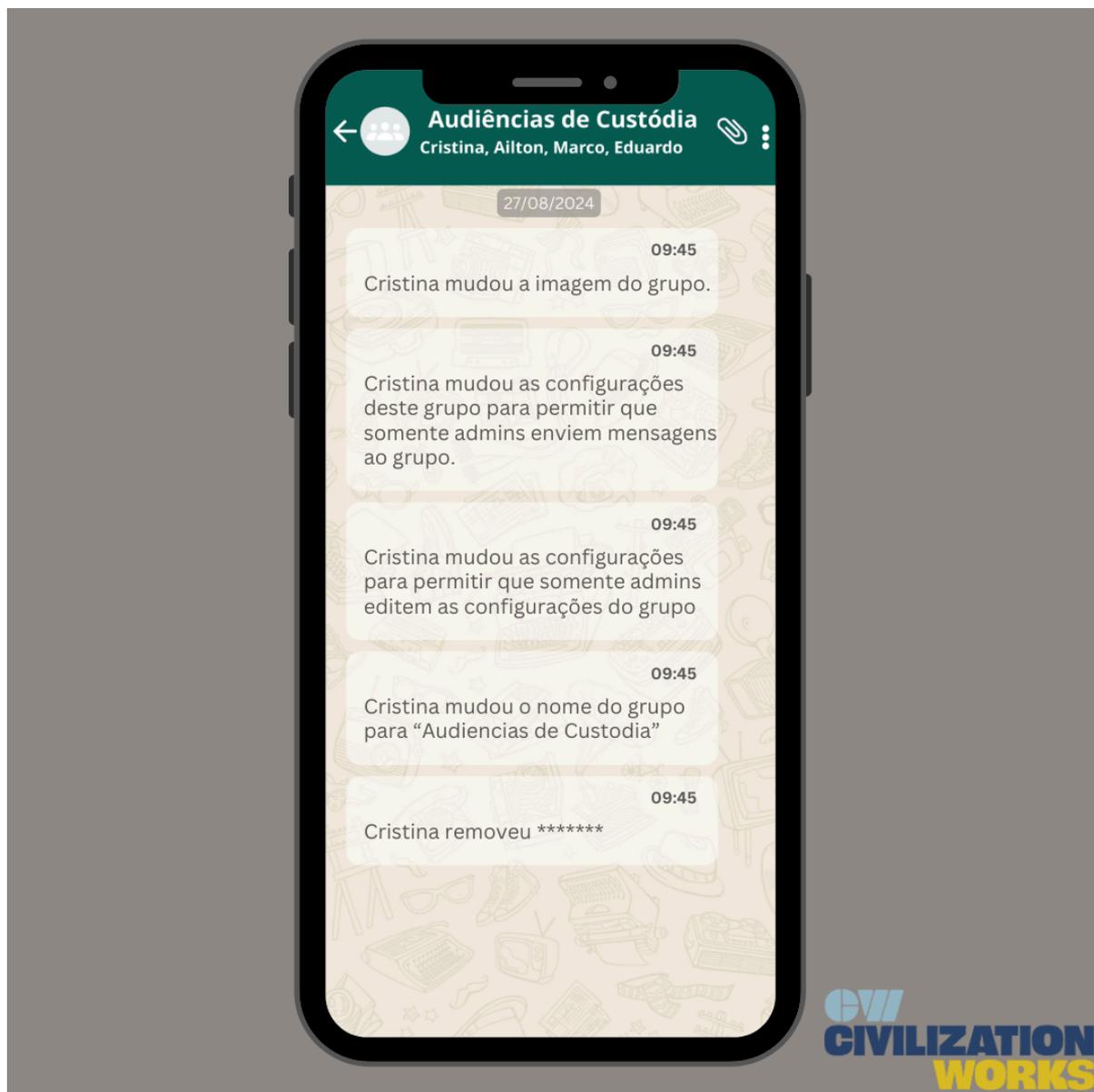
Moraes se recusou a soltá-los até que sua equipe terminasse de examinar suas redes sociais.



Após as primeiras reportagens do Vaza Toga, em 26 de agosto de 2024, Tagliaferro foi [entrevistado pela Oeste](#) revista (a mesma revista de direita contra a qual ele teve que abrir um processo) — um dos veículos anteriormente censurados por Moraes. Na matéria, ele confirmou que Moraes o havia encarregado pessoalmente de investigar os detidos de 8 de janeiro, com base em uma lista de mais de 1.500 nomes enviada pelo Supremo Tribunal Federal. “Houve um pedido para compilar dados sobre os manifestantes — uma espécie de registro civil”, disse ele. “Levou semanas de trabalho.” O último lote de certidões foi concluído em 13 de março de 2023, em seguida o grupo do WhatsApp ficou inativo.

Na manhã seguinte, 27 de agosto, Kusahara renomeou o grupo para “Audiências de Custódia”, restringiu as permissões de postagem e removeu discretamente os membros —

uma medida deliberada que sugere uma tentativa de apagar os vestígios da operação poucas horas depois de ela ter sido confirmada publicamente por um participante importante.



Todos sabiam que o processo era irregular — e mesmo assim seguiram em frente.

## As certidões que determinaram quem poderia sair em liberdade

O cerne do sistema de detenção secreta de Moraes era a "certidão". Esse documento não tinha valor legal. Nunca foi compartilhado com os advogados de defesa. No entanto, desempenhou um papel decisivo na determinação de quem permanecia na prisão — pelo menos, é o que as mensagens vazadas sugerem que era a intenção.

dos abusos. Mesmo com a certidão corrigida, ela permaneceu na prisão — e só foi libertada 21 dias depois devido a uma hemorragia intestinal grave.





*Vildete da Silva Guardia, 74 anos, foi tirada de casa e posta na prisão, recebendo uma sentença de 11 anos e 11 meses depois de se esconder no Planalto para escapar de gás lacrimogêneo. Mais de um ano depois, a avó permanece presa em uma cadeira de rodas, com pedidos de libertação por razões médicas ignorados.*

Mais tarde, Vildete foi condenada por associação criminosa e tentativa de derrubar o Estado democrático de direito à força. Sua sentença: 11 anos e 11 meses de prisão, além de uma multa de R\$ 30 milhões a ser dividida com os co-réus. Em junho de 2024, ela foi presa novamente sob a alegação genérica de “risco de fuga”. Apesar do visível declínio físico e de doenças crônicas, ela passou mais dez meses na prisão até receber prisão domiciliar em abril de 2025 — após a indignação pública pela morte de outro detento, [Cleriston Pereira da Cunha](#), conhecido como Clezão, que morreu sob custódia depois que Moraes ignorou uma recomendação do Ministério Público para sua libertação.

Mas a clemência para com Guardia não duraria muito. Em julho de 2025, alegando que ela desrespeitou as condições da prisão domiciliar, Moraes a enviou de volta à prisão fechada.

Outro detido, Claudiomiro da Rosa Soares, motorista de caminhão, foi sinalizado como “positivo” por uma série de postagens no Facebook. Ele havia criticado o presidente Lula e questionado as eleições de 2022. Entre os conteúdos citados: um meme perguntando “Como esse cara conseguiu 60 milhões de votos?” depois que Lula foi vaiado no funeral de Pelé; um comentário acusando os juízes do Supremo Tribunal Federal de serem “vendidos”; e uma notícia republicada sobre fraude eleitoral com um comentário: “Então, segundo o cabeça de ovo (Moraes), ninguém pode questionar nada?”

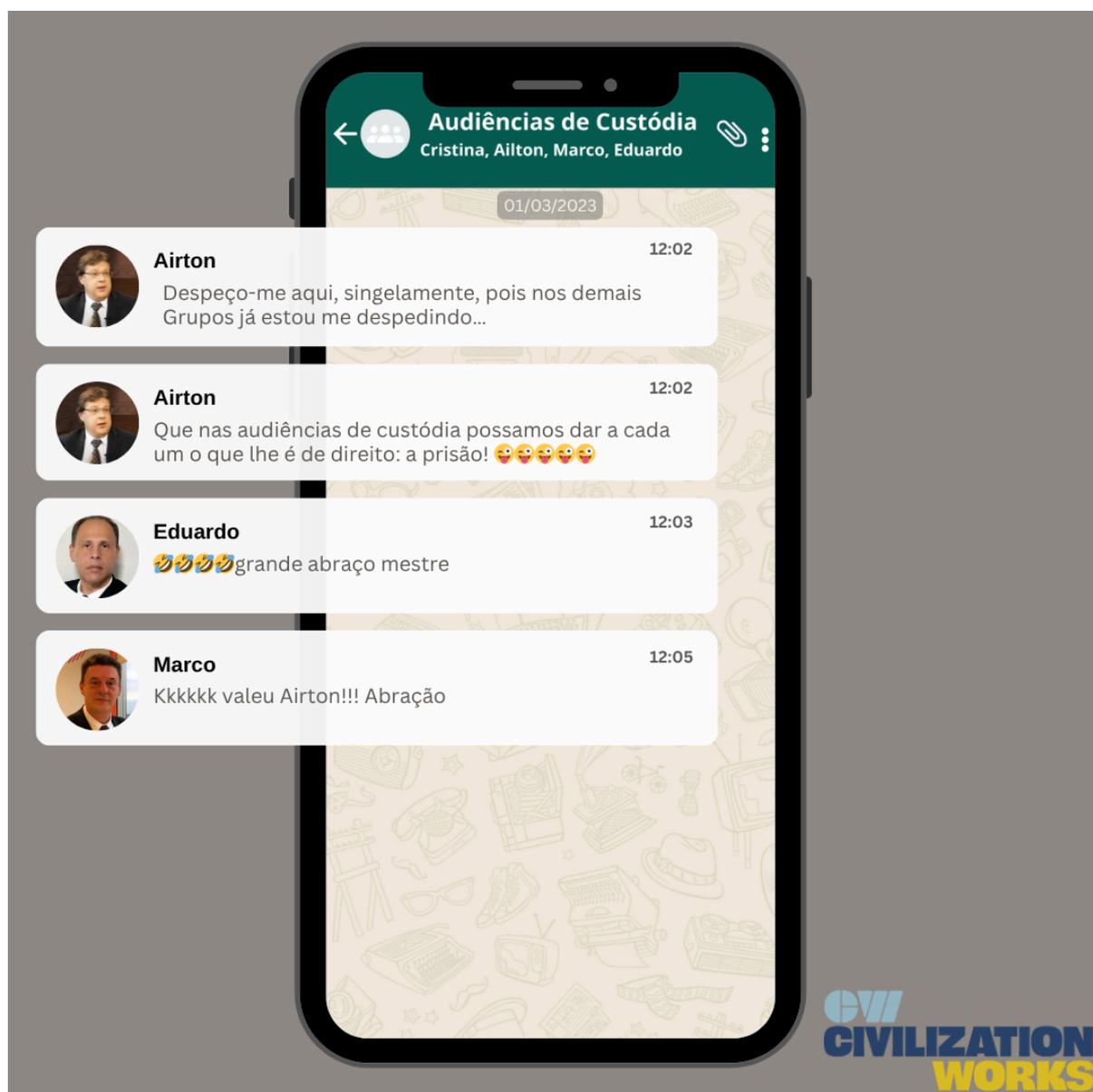
A mensagem revelou o verdadeiro motivo por trás dos atrasos: a liberdade não estava sendo decidida com base em argumentos jurídicos, audiências ou autos do processo — mas em varreduras digitais informais ordenadas pelo próprio Moraes.

## Emojis de um juiz revelaram a farsa por trás das audiências

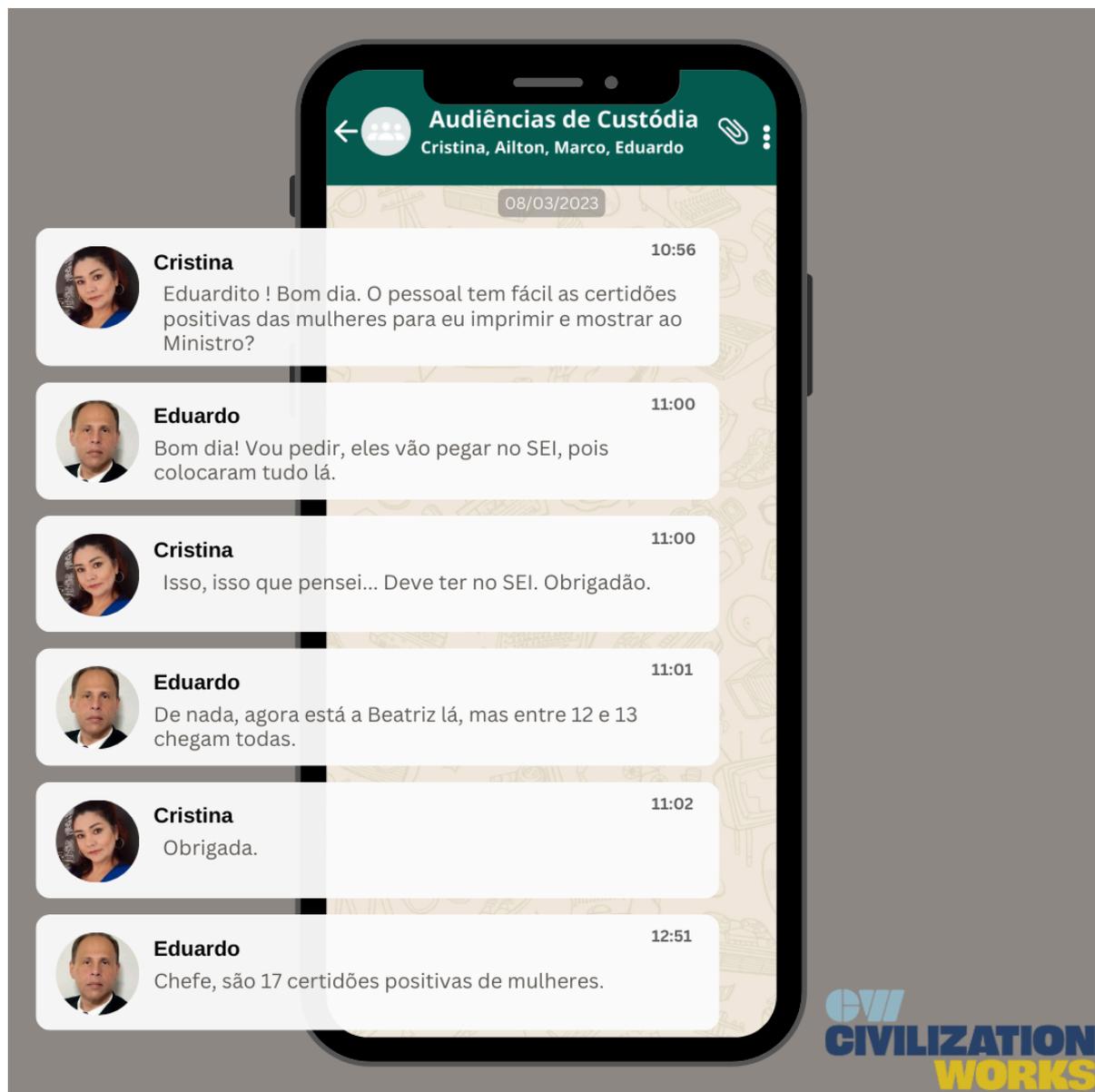
Em 1º de março de 2023, o juiz Airton Vieira enviou uma mensagem de despedida ao grupo do WhatsApp. Ele acabara de encerrar sua função de supervisionar as audiências de custódia dos detidos de 8 de janeiro.

“Despeço-me aqui, singelamente, pois nos demais grupos já estou me despedindo... Que nas audiências de custódia possamos dar a cada um o que lhe é de direito: a prisão!

🤔🤔🤔🤔🤔”



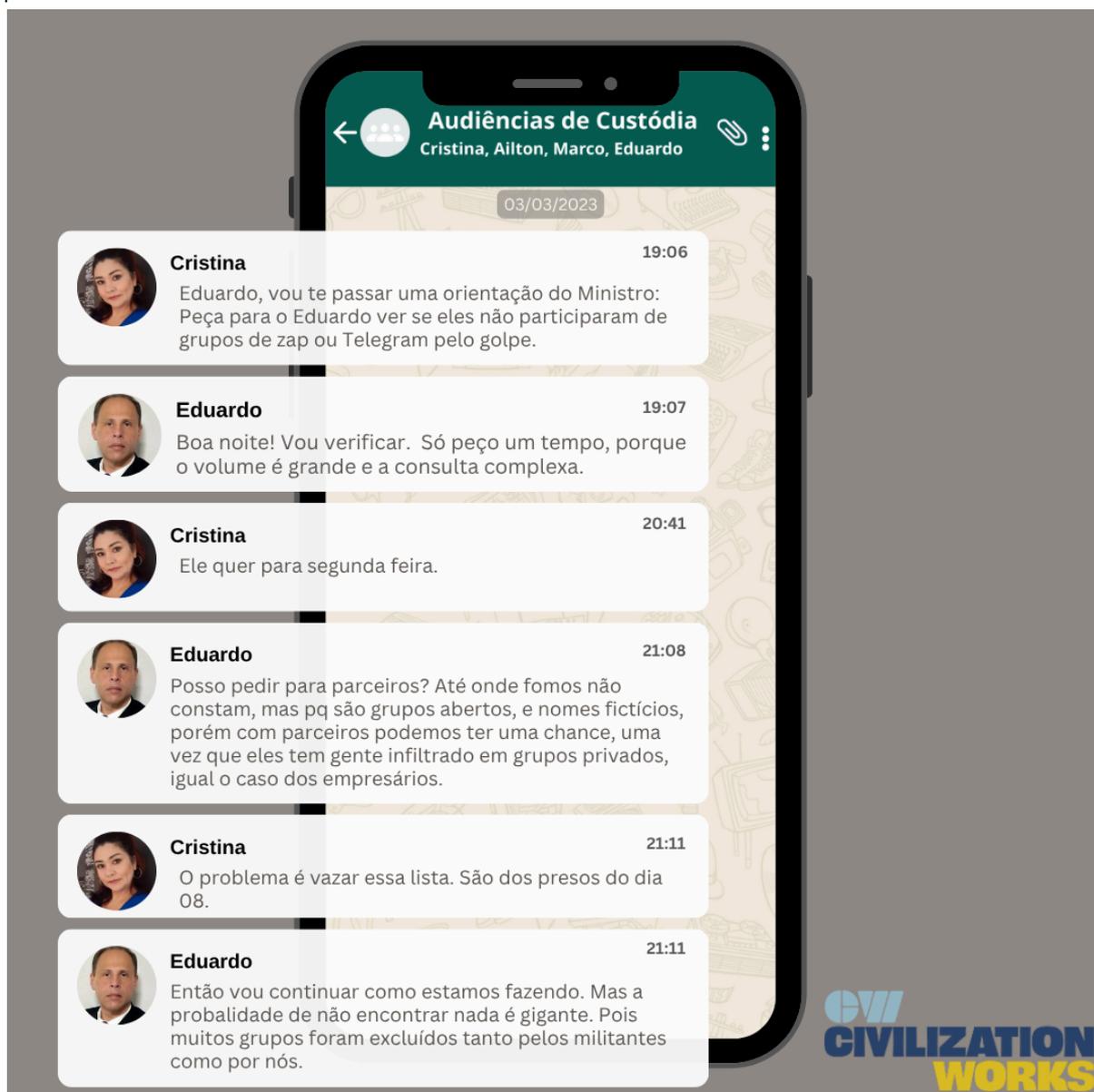
apresentá-las a Moraes. Poucas horas depois, Tagliaferro respondeu: havia 17 mulheres com certidões positivas e listou seus nomes. As mulheres permaneceram presas por dois meses inteiros, à espera do ato de marketing.

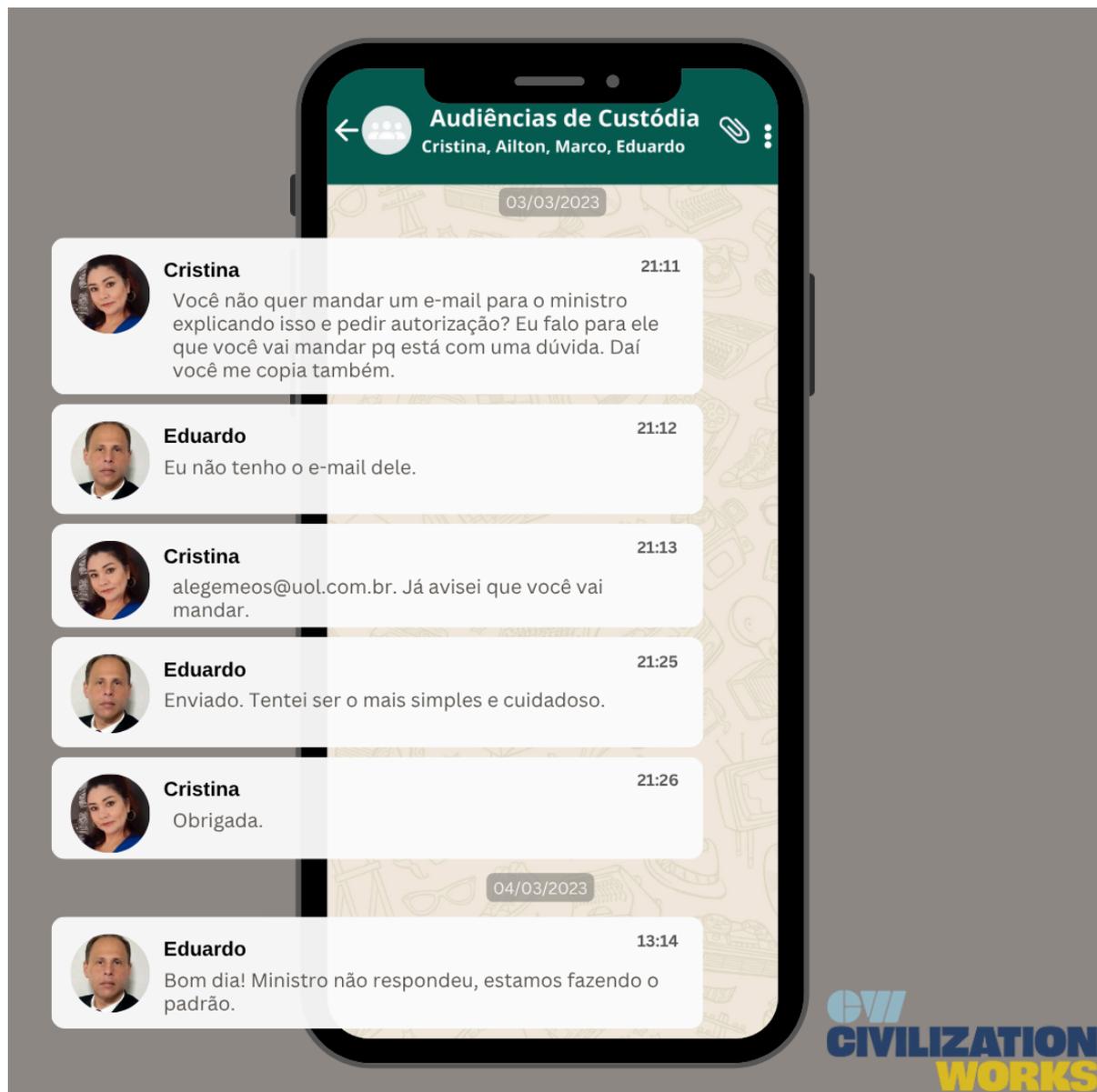


O Supremo Tribunal nunca explicou por que algumas foram libertadas e outras não. Nenhuma lista oficial das 149 mulheres detidas foi publicada.

Pesquisamos notícias e, com base em informações disponíveis publicamente, apenas uma mulher — Camila Mendonça Marques, uma vendedora de materiais de construção de 35 anos e mãe de dois filhos pequenos — pode ser confirmada com certeza como tendo sido libertada em 8 de março. Sua libertação foi explicitamente concedida porque ela era a única responsável pelos cuidados de seus filhos de 5 e 9 anos. As outras permaneceram sob custódia.

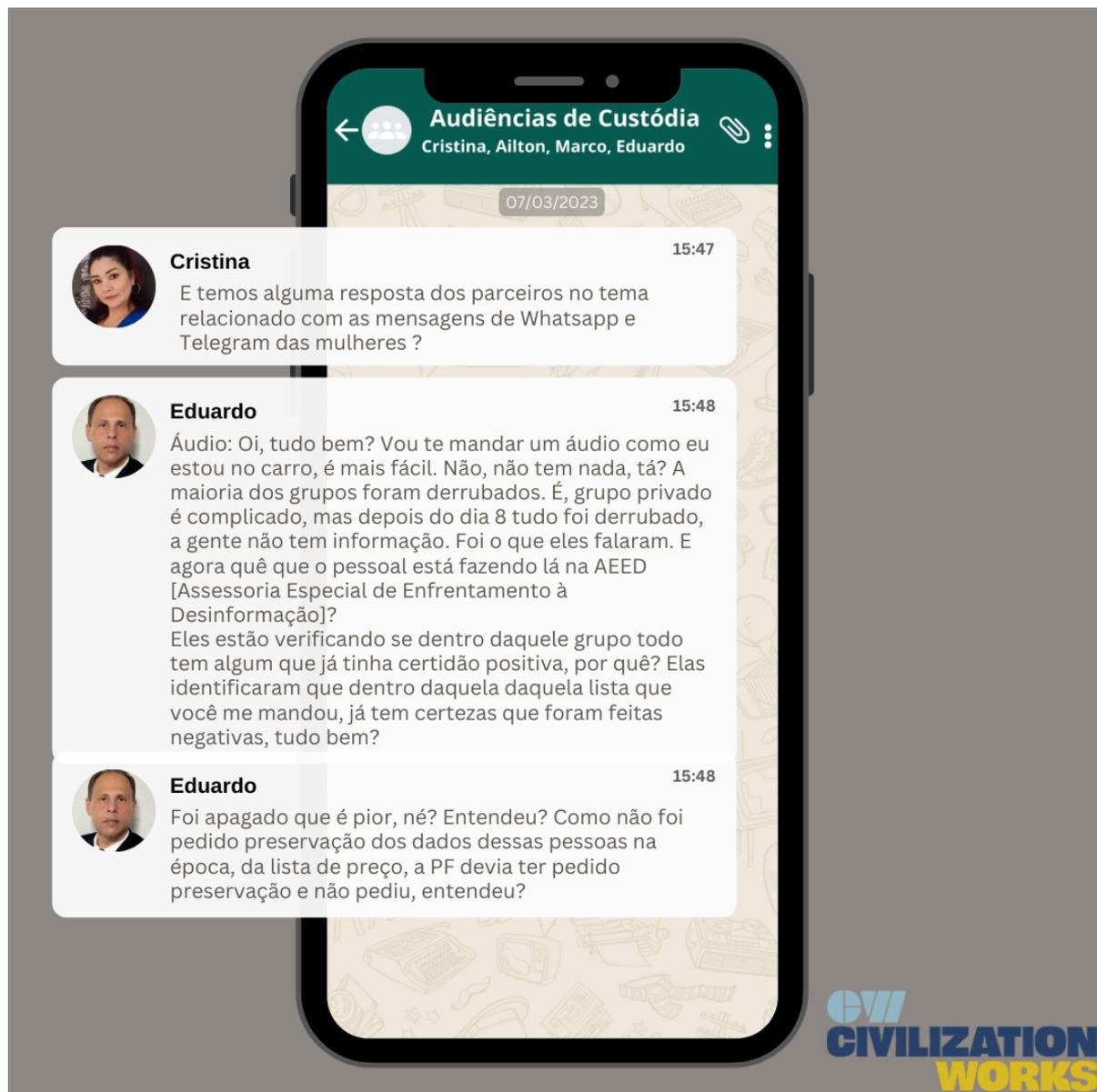
possível”.





Embora Tagliaferro tenha escrito posteriormente que não recebeu resposta do ministro e que seguiria com o procedimento padrão, fontes do Tribunal Eleitoral afirmam que o ministro respondeu ao e-mail e deu sua aprovação.

Dias depois, Cristina deu continuidade: os parceiros haviam encontrado alguma coisa? Tagliaferro respondeu que os grupos do WhatsApp e do Telegram já haviam sido excluídos após os eventos de 8 de janeiro, dificultando a coleta de qualquer informação útil. Diante da falta de provas contra detidos específicos, funcionários do mais alto tribunal do Brasil tentaram ativar uma rede de vigilância clandestina.



De acordo com um ex-funcionário do TSE, os chamados “parceiros” infiltrados nos grupos de mensagens incluíam agências de verificação de fatos, como a Agência Lupa, e instituições acadêmicas, como a FGV e a UFRJ. Esses parceiros não se limitavam a enviar relatórios ou dicas ao TSE — eles também recebiam pedidos de investigação diretos do tribunal.

Essa não foi a única vez que funcionários do tribunal recorreram a pessoas de fora. Não se tratou de um caso isolado. Conforme [revelado](#) anteriormente por A Investigação, ativistas e jornalistas com ideologias alinhadas enviaram dossiês não oficiais diretamente a Alexandre de Moraes. Alguns deles foram posteriormente usados para justificar ordens de censura ou detenções.

O exemplo mais notório foi o da jornalista Letícia Sallorenzo, conhecida na Vaza Toga como “a Bruxa”. Apoiadora fervorosa de Moraes, ela se autodenominava especialista em